DOSSIÊ

100 ANOS DO PCB

O V CONGRESSO DO PCB E O DEBATE SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL-DEMOCRÁTICA

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA[1]
CAIO CESAR ANDRADE[2]

RESUMO

A busca pela estratégia da Revolução Brasileira mobilizou intensos debates no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na virada dos anos 1950 para os anos 1960. Nesse período, os comunistas tinham uma influência muito significativa junto à classe trabalhadora e à intelectualidade, o que os credenciava como uma importante força política na sociedade. O Brasil atravessava um momento de grandes transformações econômicas e sociais, tornando ainda mais complexa a tarefa de analisar corretamente o movimento da realidade e apontar os caminhos para a ação do proletariado. Não obstante, a maior parte dos protagonistas dessa discussão concordava que as contradições centrais da formação social brasileira estavam relacionadas ao atraso imposto pelo imperialismo e pelo latifúndio. Portanto, apesar da duríssima luta interna entre os quadros do PCB, é possível afirmar que as principais divergências estavam inscritas no âmbito de uma mesma Estratégia Nacional-Democrática. Ou seja, as questões que

[1]Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Secretário Geral da Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis (FDR).
[2]Professor da rede estadual do Rio de Janeiro, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro da diretoria da Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis (FDR).

alimentaram as polêmicas entre os comunistas não necessariamente diziam respeito ao caráter da Revolução Brasileira naquela determinada conjuntura, mas sim aos seus sujeitos e à possibilidade de uma via pacífica.

Palavras-chave:
PCB; Revolução Brasileira; Estratégia Nacional-Democrática; burguesia nacional.

Abstract

The search for the strategy of the Brazilian Revolution mobilized intense debates inside the Brazilian Communist Party (PCB) at the turn of the 1950s to the 1960s. At this period, the communists had a great influence with the working class and the intellectuals, which accredited them as an important political force in society. Brazil was passing through a moment of great economic and social transformations, making even more complex the task of analyzing correctly the movement of reality and pointing out the paths to the action of the proletariat. Nevertheless, most of the protagonists of this discussion agreed that the central contradictions of Brazilian social formation were related to the lag imposed by imperialism and by large property. Therefore, despite the very difficult internal struggle between the PCB leaders, it is possible to affirm that the main divergences were included in the same National-Democratic Strategy. That is, the issues that stimulated the controversies among the communists did not necessarily concern the character of the Brazilian Revolution in that particular conjuncture, but rather to its subjects and the possibility of a peaceful way.

Key-words:
PCB; Brazilian Revolution; National-Democratic Strategy; national bourgeoisie.

A formação social brasileira e a mudança no equilíbrio de forças ao final da década de 1950

A formação social brasileira é marcada por um processo de monopolização precoce do capital, experiência comum aos países de industrialização tardia, nos quais se recorreu a mecanismos de acumulação promovidos pelo Estado e não por "revoluções industriais" financiadas pela própria burguesia. A industrialização brasileira caracterizou-se pela dependência de capitais estrangeiros, por ter se consolidado na época em que o capitalismo monopolista já era predominante no plano internacional. A monopolização precoce verificou-se de igual forma no âmbito estatal, em que a necessidade de fomentar a industrialização criou um desenvolvido setor monopolista estatal de bens de produção. A via não clássica das transformações sociais e políticas contribuiu para a formação de um Estado cuja "relativa autonomia" evidenciava-se na existência de um forte aparelho burocratizado a serviço de formas políticas autocráticas.

Mas a passagem efetiva para o capitalismo monopolista exigia a plena integração do setor estatal com o setor dos monopólios privados, de modo a garantir, no campo econômico, a ampliação dos lucros e da acumulação em favor do capital monopolista e, no nível superestrutural, a hegemonia dos grupos representativos do capital monopolista no bloco de poder de Estado. Esta integração, esboçada com a aplicação do Plano de Metas no Governo de Juscelino Kubitschek, viria a se concretizar de maneira efetiva com a ditadura implantada a partir do golpe de 1964, quando foram quebradas as resistências políticas manifestadas pelas correntes populares e nacionalistas. Desta feita, a articulação do Estado ditatorial com o monopólio privado passava a assegurar que os instrumentos de intervenção estatais fossem colocados, no essencial, a serviço da expansão do capitalismo monopolista (COUTINHO, 1980: 102).

O período marcado pelas ações "desenvolvimentistas" do governo Juscelino foi responsável pela aceleração da acumulação capitalista no Brasil, ao promover, através da abertura ao capital estrangeiro, a rápida incorporação de tecnologias mais avançadas ao processo produtivo, permitindo um considerável aumento da produtividade. A mera transferência de "trabalho morto externo", num quadro marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, foi capaz de proporcionar um salto de qualidade nas relações capitalistas no Brasil, com os ganhos de produtividade acelerando ainda mais o processo de concentração da renda. Tal opção levou em conta a existência de condições estruturais que não permitiam acele-

rar a reprodução do capital sem recorrer ao capital estrangeiro e à importação de tecnologia, tendo em vista a pobre base de acumulação prévia da economia nacional. De igual modo, a alternativa adotada pôde contar com o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, elemento responsável pelo fornecimento de excedentes internos necessários ao novo processo de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 1975: 78).

Além disso, passada a fase da reconstrução das nações atingidas diretamente pela segunda guerra mundial, os países periféricos voltaram a ser considerados um campo propício para os investimentos dos capitais internacionais. Tal conjuntura favorecia o projeto brasileiro de industrialização, o qual, internamente, foi financiado através de uma política emissionista e, por conseguinte, deliberadamente inflacionária, numa "estratégia sistemática de 'aquecer' a economia e de criar poupanças forçadas" (MENDONÇA, 1988: 48). Os efeitos negativos da inflação sobre as classes trabalhadoras foram temporariamente compensados pela ampliação da quantidade geral de empregos, garantidos pelo rápido crescimento industrial. Ao mesmo tempo, a ideologia nacional-desenvolvimentista era propagada no intuito de conquistar o apoio dos trabalhadores ao Plano de Metas, com destaque para a expansão das empresas automobilísticas, de construção naval e mecânica pesada, majoritariamente controladas por capitais externos.

O modelo econômico implantado com JK projetou a burguesia industrial associada ao capital estrangeiro a uma posição de destaque dentre as frações dominantes que compunham o chamado "pacto populista". Os empresários da indústria passaram a atuar de forma mais autônoma frente à estrutura corporativa estatal, afastando-se também de projetos nacionalistas que, de um lado, rejeitassem ou limitassem a presença do capital estrangeiro no país e, de outro, favorecessem ou não impedissem a mobilização das massas operárias. Logo, a crise política verificada já ao fim do governo Kubitschek, e que se agravaria nos primeiros anos da década de 1960, resultaria, no fundamental, da necessidade dos grupos mais dinâmicos da burguesia assumirem o pleno controle da gestão estatal a fim de garantirem a manutenção do ritmo acelerado de acumulação, nos altos níveis exigidos pelo processo de oligopolização econômica.

As consequências sociais do modelo de desenvolvimento assumido contribuiriam para desencadear uma portentosa onda de protestos populares contra a depreciação dos salários, a queda no nível de vida e a elevada concentração da renda, fato que de forma alguma era assimilado pelos grupos dominantes. O pacto populista, já abalado pela agitação social e pela ampliação da luta reivindi-

catória para além da classe operária, abarcando igualmente funcionários públicos e trabalhadores rurais, estava marcado de morte pelos grupos monopolistas.

Importa ressaltar, no entanto, que as avaliações até aqui registradas foram produzidas após o golpe de 1964, revelando inclusive que muitas das análises sobre o caráter das transformações econômicas ocorridas no país e do papel reservado aos setores mais dinâmicos da burguesia brasileira somente puderam ser desenvolvidas com profundidade após a derrota do movimento que apostava na estratégia nacional-democrática. O fato é que, antes do choque provocado pelo golpe nas formas de pensar a realidade brasileira e as estratégias de luta pelo poder, o ambiente intelectual no campo das esquerdas, tendo o PCB como centro hegemônico, mas incluindo socialistas, trabalhistas, nacionalistas e desenvolvimentistas que se opunham ao domínio imperialista, indicava a viabilidade da construção de um projeto nacional autônomo no âmbito do capitalismo, não sendo perceptível ainda para muitos a inevitabilidade da associação dos capitais privados nacionais com os monopólios estrangeiros. Na avaliação de Ricardo Bielschowsky,

> ... nos anos 50, ainda estavam em plena implantação as estruturas industriais nos países subdesenvolvidos, e ainda se iniciava o atual padrão de internacionalização de capitais, processos casados cuja interação não podia ser percebida em sua plenitude. É natural, portanto, que a compreensão da novidade histórica fosse confusa (BIELSCHOWSKY, 2000: 196).

Cabe ainda registrar a existência, a partir de 1961, de um agrupamento de esquerda que percebia a realidade brasileira de forma muito diferente à dos comunistas do PCB, ao admitir o pleno desenvolvimento do capitalismo no país e a sua inserção na dinâmica da fase imperialista. Daí resultava a proposição segundo a qual "o ataque ao imperialismo só poderia ser consequente se empreendido numa perspectiva anticapitalista, o que conferia à tarefa revolucionária um caráter socialista, desde a primeira hora" (MATTOS, 2002: 197). A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), ou simplesmente POLOP, como ficou conhecida, defendia, como alternativa à política de alianças proposta pelo PCB, a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, a fim de congregar as classes exploradas de todo o país e, sensibilizada pelos feitos recentes da Revolução Cubana, propunha o caminho insurrecional da luta pelo poder.

Para os dirigentes do PCB, tais formulações não passavam de delírios esquerdistas que deveriam ser combatidos com rigor, para que não desviassem o movimento de massas do rumo necessário em direção à revolução democrático-burguesa. E, tendo em vista a ideia dominante no Partido de que a contradição principal pela qual passaria a sociedade brasileira naquele momento histórico seria a contradição entre nação e imperialismo, um dos pontos nodais da estratégia nacional-democrática estava em erigir, na prática, a chamada "burguesia nacional" à posição de grupo social preferencial com o qual os trabalhadores deveriam se aliar na luta anti-imperialista.

O papel da burguesia brasileira na revolução

No jornal Novos Rumos, órgão oficial do PCB à época, uma série de artigos publicados, em 1959, na página dedicada ao aprofundamento das questões teóricas, em que se situava a coluna "Teoria e Prática" (muito provavelmente sob a responsabilidade de Mário Alves), buscava esclarecer a posição da direção nacional do Partido sobre o assunto. O artigo "União e Luta com a Burguesia" enfatizava a necessidade da aliança tática da classe operária com a burguesia na luta contra o inimigo comum: o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A burguesia brasileira era caracterizada como força vacilante, inclinada, por vezes, a compromissos com o imperialismo e seus agentes, o que levava o autor do artigo a indagar como seria possível levar adiante a luta anti-imperialista no Brasil, onde a tarefa central naquela etapa histórica seria a libertação nacional. A resposta estaria na disputa hegemônica do movimento nacionalista, cuja atuação seria tanto mais consequente na medida em que nele participasse e influísse decididamente a classe operária, de modo a que fossem anuladas as vacilações das classes não proletárias.

No curso do processo, o proletariado forjaria sua unidade e solidificaria a aliança com o campesinato, esforçando-se, assim, para assumir a direção da luta anti-imperialista e democrática. A disputa pela hegemonia no interior do movimento nacionalista não deveria significar o abandono da luta de classes, pois, ao defender seus interesses específicos, a classe operária estaria, ao mesmo tempo, combatendo as vacilações da burguesia, impulsionando-a no sentido de uma posição mais consequente contra o imperialismo norte-americano, "forçando-a a buscar para as suas dificuldades outra saída que não ... apenas a explora-

ção intensificada dos trabalhadores" (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1959a: 8).

O artigo citava como exemplo de postura consequente no movimento social a luta contra a carestia e pelo aumento de salários, o que pressionaria o governo JK a adotar uma prática desenvolvimentista independente, alterando radicalmente sua política econômico-financeira, eivada de aspectos entreguistas e medidas antipopulares. Tais considerações acabavam por nublar o elemento central da luta de classes: a contradição entre interesses e visões de mundo absolutamente antagônicas, que situações políticas transitórias jamais seriam capazes de anular. O que o PCB tratava como "vacilações" da burguesia brasileira no combate ao imperialismo, de fato constituíam posições de classe que a ação mais consequente dos trabalhadores não faria retroceder, mas, muito pelo contrário, só tenderia a acirrar, como de fato se deu no processo histórico real.

Uma sequência de artigos publicados na mesma seção do jornal, em cinco sucessivas edições ao longo dos meses de junho e julho de 1959, sob o título "A Burguesia na Revolução Brasileira", pareciam querer esgotar o polêmico tema. Começava por insistir no caráter heterogêneo da burguesia, tomando como exemplo os diferentes posicionamentos de setores capitalistas nacionais diante da encampação da *Bond and Share*, promovida pelo governo de Leonel Brizola: enquanto teria havido aprovação entusiástica de amplos círculos da burguesia gaúcha ao ato, protestos indignados foram proferidos por representantes de organizações influentes das classes dominantes, como a Federação das Indústrias e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. O conflito de opiniões entre os capitalistas era visto como expressão de interesses econômicos divergentes, pois a burguesia brasileira não poderia ser qualificada como um bloco monolítico, já que teria passado por um processo de diferenciação interclassista, como em geral toda a classe capitalista teria experimentado nos países de passado colonial.

De todo modo, o jornal do PCB asseverava que a imensa maioria da burguesia brasileira era interessada no desenvolvimento independente da economia nacional e na remoção dos obstáculos impostos pelo capital imperialista. Tal interesse decorreria de fatores objetivos e, na medida em que a burguesia tomasse consciência da oposição entre suas necessidades e o sistema de dependência ao imperialismo, adotaria, em maior ou menor grau, a posição nacionalista. Os conflitos entre capitalistas nacionais e monopólios estrangeiros ocorreriam, por exemplo, na disputa pelo domínio do mercado interno, em que as empresas alienígenas eram identificadas como freios à expansão dos negócios internos.

No segundo artigo da série, eram analisados os setores da burguesia nacional que dariam suporte à ação imperialista no Brasil, setores estes que teriam surgido e se desenvolvido na associação com o comércio exterior, particularmente com a exportação de produtos primários para as metrópoles do capitalismo. Tais grupos econômicos seriam formados pelos intermediários do comércio externo, as firmas comissionárias e exportadoras que dependiam vitalmente dos negócios realizados com as nações capitalistas desenvolvidas, às quais se prendiam por múltiplos laços comerciais e financeiros, créditos e financiamentos. Daí redundaria a posição antinacional geralmente assumida pelas associações comerciais nos centros econômicos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, já que estas entidades viriam a ser controladas por firmas exportadoras e importadoras.

Outros setores burgueses denunciados como a posicionar-se de forma contrária às lutas nacionalistas seriam os industriais e comerciantes associados aos trustes multinacionais nas chamadas empresas mistas, controladas parcialmente pelo capital estrangeiro. Desempenhariam o papel de testas-de-ferro e agentes dos trustes no Brasil, dado à relativa debilidade econômica dos capitalistas nacionais nos empreendimentos em que participavam associados ao capital estrangeiro. Os grupos bancários ligados ao comércio exterior também atuariam como agentes dos interesses externos, nas sociedades de investimento e financiamento, nos consórcios cuja finalidade seria mobilizar capital nacional para ampliar o ativo das empresas alienígenas no país, ou, inversamente, promover a participação do capital monopolista estrangeiro nos empreendimentos nacionais, que passavam a ser controlados pelos trustes internacionais.

As frações burguesas apontadas pelos comunistas como "entreguistas" eram identificadas com os círculos econômicos e políticos que propagavam o investimento externo como único fator capaz de impulsionar o progresso nacional. Eram defensores do liberalismo econômico no terreno cambial e opositores intransigentes de qualquer tipo de intervenção estatal ou de protecionismo à indústria. Juntamente com os latifundiários, tais segmentos da burguesia comporiam o "suporte social do capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano" (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1959b: 8). O jornal afirmava que numerosos capitalistas nacionais desenvolviam, naquele instante, associações com os monopólios estrangeiros (cerca de mil e trezentos empreendimentos), com vistas a assegurar a importação de equipamentos, sem cobertura cambial, para suas fábricas. Diferentemente do que o artigo anterior havia suge-

rido, não era tão pequena a parcela da burguesia brasileira associada ao capital internacional.

Nos artigos seguintes, insistia-se em caracterizar a burguesia como vacilante na luta anti-imperialista, destacando-se, em contrapartida, as possibilidades crescentes do movimento nacionalista, por causa dos setores burgueses interessados no desenvolvimento independente do país, como o grupo Matarazzo, de São Paulo. Tais setores, na visão do jornal, inclinavam- se mais frequentemente a adotar posições dúbias, oscilando entre atitudes nacionalistas e concessões aos monopólios estrangeiros. Não se opunham por princípio ao capital imperialista, admitindo a participação deste na economia nacional, apenas propondo limitar a sua ação, restringindo sua aplicação a áreas onde não prejudicassem diretamente os interesses da burguesia nativa. Assim, geralmente mantinham posição de expectativa e, em alguns momentos, faziam coro com os reacionários nos ataques ao "estatismo" e na defesa da livre iniciativa, colocando-se de forma contrária à encampação de empresas imperialistas. Seus principais líderes ocupavam postos destacados nas federações industriais dos grandes centros brasileiros.

Outra parte da burguesia teria assumido postura mais radical em face do imperialismo, compreendendo, na maioria, pequenos e médios industriais e comerciantes, com negócios vinculados ao mercado interno e a capitais nacionais, não possuindo qualquer enlace com os monopólios internacionais. Eram obrigados a travar uma luta constante para desenvolver ou simplesmente garantir a sobrevivência de seus empreendimentos, enfrentando a estrutura econômica atrasada do país. Estariam predispostos a apoiar a luta nacionalista e, em muitos casos, associavam-se de fato à campanha anti-imperialista. A imensa maioria da burguesia brasileira, no entanto, segundo o ensaio, ocupava posição intermediária e vacilante entre os dois polos mais definidos ideologicamente ("entreguistas" x "nacionalistas"), seguindo os elementos "mais radicais" nos períodos de ascenso da luta nacionalista e inclinando-se para o lado dos "partidários do compromisso", quando a pressão pró-imperialista aumentava (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1959c: 8).

A "natureza contraditória da burguesia" era também identificada, pelos comunistas do PCB, na maneira como as transformações de ordem democrática eram encaradas pela classe. Haveria postura vacilante diante do problema agrário, pois, de um lado, a burguesia seria capaz de ver na existência do latifúndio e dos "restos feudais" um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, um fator limitador do crescimento do mercado interno para a produção industrial, bem

como um empecilho à aplicação de capitais na agricultura. Daí a posição de numerosos setores burgueses em favor da reforma agrária, como pareciam indicar os cerca de vinte projetos apresentados com este objetivo ao Congresso Nacional entre 1946 e 1958. Por outro lado, vários círculos burgueses se contrapunham à desapropriação de terras, por considerarem a medida uma ameaça ao direito de propriedade. Na concepção expressa no artigo, esta parcela da burguesia defendia a penetração do capital na agricultura sem a eliminação radical dos "restos feudais", ou seja, sem a remoção do monopólio da terra, com a intenção apenas de promover uma agricultura capitalista intensiva, de base tecnológica.

Quanto às liberdades democráticas, a burguesia apresentaria também uma atitude dúplice: seria partidária do sistema democrático e das liberdades públicas na medida em que tais dispositivos lhe permitissem apoiar-se nas massas populares para defender o capitalismo nacional; porém, desejaria estabelecer sua ditadura de classe. Seu "democratismo" seria limitado pelo temor à ação independente das massas e ao crescimento da mobilização operária, fazendo com que se esforçasse para manter o movimento social dentro dos marcos convenientes aos seus interesses. A conclusão do ensaio sociológico sobre a burguesia brasileira repetia a convicção dos dirigentes do PCB de que "a burguesia, como classe, tem interesses objetivos na revolução nacional e democrática" e de que, de modo geral, "os interesses da maioria esmagadora da burguesia industrial, inclusive da grande burguesia, se contrapõem ao imperialismo, sobretudo o norte-americano" (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1959d: 8). Estes interesses cederiam cada vez menos às tendências conciliadoras, à medida que o movimento de emancipação nacional se fortalecesse no apoio crescente das massas e ganhasse um curso consequente por influência da ação política do proletariado, isto é, do Partido Comunista.

Em suma, para os formuladores da política pecebista, as condições objetivas traduzidas no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil colocariam, "naturalmente", a burguesia industrial brasileira em rota de colisão com o imperialismo. As condições subjetivas, porém, expressas na falta de uma consciência burguesa radicalmente nacionalista e na tendência a concessões e vacilações diante do inimigo externo, impediriam o pleno desafogo do processo em direção à revolução nacional e democrática. O papel principal reservado à classe operária, dirigida por seu partido, seria, portanto, empurrar a burguesia nacional a assumir a sua "missão histórica", concluindo a evolução do capitalismo no país e abrindo caminho para a etapa socialista.

O V CONGRESSO DO PCB E O DEBATE SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL-DEMOCRÁTICA

As análises expostas na série de artigos sobre a burguesia brasileira no jornal *Novos Rumos* serviriam de base para a posição vencedora no V Congresso do PCB, conforme consignado na sua Resolução Política. A simples exposição das principais resoluções do Congresso, entretanto, não seria capaz de traduzir o que ele de fato representou em termos das discussões travadas entre os militantes do PCB na fase preparatória do encontro. As teses apresentadas pelo Comitê Central do Partido foram debatidas intensamente nas páginas do semanário *Novos Rumos*, ao longo de cerca de quatro meses (entre o final de abril e o início de agosto de 1960), através de inúmeros textos publicados semanalmente e assinados por diferentes membros do Partido.

O V CONGRESSO DO PCB E O ACIRRAMENTO DA LUTA INTERNA

No ano de 1960, o PCB se preparava para as eleições presidenciais ao mesmo tempo em que realizava o seu V Congresso. Em abril, o Comitê Central lançou as teses para discussão. O debate central demonstrou dividiu o partido: de um lado, o núcleo hegemônico formado em torno dos dirigentes responsáveis pela elaboração da Declaração de Março de 1958 (Prestes, Giocondo Dias, Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves, Armênio Guedes, etc) e, de outro, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, entre outros, que, derrotados no Congresso, fundariam o PCdoB dois anos depois.

As discussões a respeito das teses foram abertas no jornal *Novos Rumos* por Maurício Grabois em artigo através do qual atacava a linha política adotada pelo PCB a partir da Declaração de Março e mantida nas teses para o V Congresso, caracterizando-a como uma "linha oportunista de direita" (GRABOIS, 1960: 3). Este longo texto seria desdobrado em três partes, publicadas em sucessivas edições do semanário, e Grabois ainda escreveria outros artigos durante o debate, reafirmando sempre sua crítica às teses elaboradas pelo centro hegemônico

do partido, do qual deixara de fazer parte desde 1957, por causa das posições abertamente pró-Stalin[3].

A crítica de Grabois concentrava-se na linha de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando que a posição majoritária no Comitê Central exagerava a importância dada àquele processo, acabando por "embelezar o capitalismo" (GRABOIS, 1960: 3), apesar de não ter sido capaz de analisar o acentuado desenvolvimento econômico ocorrido no país após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a Declaração de Março teria separado mecanicamente as tarefas democráticas dos objetivos nacionais, transferindo-as para uma outra etapa da revolução. O documento de 1958 teria ainda buscado harmonizar, numa mesma frente política, interesses de classe díspares, mesmo que estes se encontrassem em contradição com o imperialismo. E estaria sendo dado um valor maior à aliança com a burguesia do que com os camponeses e a pequena burguesia urbana, estabelecendo de fato uma linha de renúncia do proletariado à direção do movimento revolucionário. Quanto ao caminho pacífico da revolução brasileira, muito provavelmente o ponto nodal das divergências com o texto de 1958, Grabois repelia o que para ele parecia indicar um "caminho róseo, sem comoções sociais e choques violentos".

Tratava-se mesmo de apologia ao capitalismo, segundo Pedro Pomar. De acordo com ele, uma justa análise da situação objetiva do país exigiria que se desvelassem as contradições de classe, diferenciando, com toda a nitidez, os interesses das classes oprimidas e dos trabalhadores, de um lado, dos interesses da classe dominante (POMAR, 1960a: 4). A análise da situação objetiva, no lugar de

[3]Destacaram-se, na crítica às teses oficiais do partido, os seguintes militantes e seus respectivos artigos: Maurício Grabois ("Duas concepções, duas orientações políticas" em Novos Rumos, edições de 22 a 28/04, 29/04 a 05/05 e 06 a 12/05; "Quem falsifica, quem deturpa?", 27/05 a 02/06; "Uma defesa falsa de uma linha oportunista", 03 a 09/06; "Não retornar aos erros do passado, nem perseverar nos desvios do presente", 24 a 30/06); Pedro Pomar ("Análise marxista ou apologia do capitalismo", 06 a 12/05; "A Burguesia, o Estado e as Teses", 27/05 a 02/06; "A democratização crescente e a burguesia", 03 a 09/06; "Ainda sobre a apologia do capitalismo", 10 a 16/06); João Amazonas ("Uma linha confusa e de direita", 03 a 09/06; "A linha atual e as reformas", 17 a 23/06; "Aspectos inseparáveis da luta revolucionária", 15 a 21/07; "Sobre a contradição principal", 29/07 a 04/08); Calil Chade ("Um debate oportuno e necessário", 22 a 28/04; "A linha oportunista da Declaração", 13 a 19/05; "Sobre a essência política das Teses", 24 a 30/06; "O caráter da Revolução Brasileira", 29/07 a 04/08); Carlos Danielli ("Sobre as teses para discussão", 29/04 a 05/05; "O caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da Revolução Brasileira", 13 a 19/05; "A direção principal da luta ideológica em nossas fileiras", 03 a 09/06; "A verdade sobre a política dos comunistas do Estado do Rio", 01 a 07/07); Orlando Piotto ("Uma política de direita", 27/05 a 02/06) e Valter Pomar ("Política revisionista e capitulação ideológica", 24 a 30/06).

exaltar o desenvolvimento capitalista nacional e a luta dos capitalistas brasileiros pela posse completa do mercado interno, deveria destacar o crescimento incessante do proletariado, que constituiria, este sim, o elemento mais progressista e revolucionário da sociedade brasileira. Ao não fazer isto, as teses estariam impregnadas de uma "essência nacional-reformista", procedendo de maneira unilateral, objetivista e apologética o exame da economia nacional.

Em outro texto, Pomar questionava se algum dia a burguesia brasileira deixaria de se associar ao capital internacional, de se integrar no sistema mundial do capitalismo e de unir-se aos latifundiários, considerando haver, nesta tese, um "genuíno idealismo" (POMAR, 1960b: 3). Segundo ele, setores da grande burguesia, especialmente os industriais, que se viam ameaçados de aniquilamento pela concorrência imperialista norte-americana, tendiam a se chocar cada vez mais com o imperialismo, sobretudo à medida que o movimento nacionalista provocasse o aumento da disputa interimperialista pelo mercado e pelas esferas de influência no Brasil. Entretanto, no viés do articulista, esta burguesia não deveria ser confundida com a burguesia nacional, a qual seria, fundamentalmente, a burguesia média, aquela que, ao não possuir laços com o imperialismo, nem com os latifundiários, enfrentava as dificuldades da dominação estrangeira, da ausência de mercados e outros entraves à sua expansão. As vacilações e traições da grande burguesia seriam inevitáveis, do contrário ela seria uma força revolucionária consequente. A fim de neutralizar a ação da grande burguesia, a tarefa maior do Partido seria então promover o proletariado como dirigente da frente única, na base da aliança com o campesinato e as camadas médias, para o que se impunha adotar atitude crítica e revolucionária diante das vacilações burguesas, abandonando a postura conciliadora. Concluía dizendo que a burguesia nacional, caso tivesse condições e interesse de participar da luta anti-imperialista e democrática, procurando mesmo dirigi-la a seu modo, nem por isso deveria ser endeusada pelos comunistas.

Prosseguindo na oposição às teses do núcleo dirigente do PCB, João Amazonas escrevia que, sob o pretexto de combate ao dogmatismo, o Partido teria abandonado de fato as reivindicações radicais, fixando-se unicamente nas reformas, nas denominadas "soluções positivas" e na luta pela conquista de um governo nacionalista e democrático, nos limites do regime capitalista (AMAZONAS, 1960: 7). Concordando com alguns pontos básicos do programa pecebista, segundo os quais a liquidação do domínio imperialista e a extinção das sobrevivências feudais seriam as principais tarefas do povo brasileiro naquele estágio da

revolução, Amazonas afirmava, entretanto, que a política posta em prática com a Declaração de Março e com as Teses corresponderia mais às posições da burguesia do que às do proletariado consciente. Teriam desaparecido os objetivos centrais da etapa da revolução na qual o país se encontrava: o poder anti-imperialista e antifeudal sob a direção da classe operária; o confisco e a nacionalização das empresas e capitais norte-americanos; a reforma agrária radical. Segundo ele, a ação política dos comunistas havia se limitado à luta por simples reformas, fazendo com que o PCB pouco se diferenciasse, na prática, de outros partidos, como o PTB.

A defesa do ponto de vista expresso nas teses da direção para o V Congresso foi encabeçada por Jacob Gorender, autor de inúmeras réplicas às críticas provenientes do grupo liderado por Grabois, Pomar e Amazonas e da maioria dos textos favoráveis à linha política inaugurada com a Declaração de Março de 1958[4]. Em resposta a Maurício Grabois, Gorender acusou-o de deturpar o texto da Declaração de Março, na qual estaria exposta a análise crítica do processo de desenvolvimento capitalista no país, acompanhada da denúncia aos aspectos negativos da política econômica imposta pelo governo JK, através da qual se procurava apontar a inconsequência da burguesia na luta anti-imperialista, ao mesmo tempo em que se buscava traçar uma tática consequente para a ação política do proletariado e demais forças revolucionárias.

As teses apresentadas para discussão teriam representado um avanço em relação ao documento de 1958, ao aprofundarem a crítica rigorosa e circunstanciada do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, processo este que, num país dependente e submetido ainda ao atraso estrutural, viria imbuído de "evidente aspecto progressista" (GORENDER, 1960a: 3), que se manifestava na expansão

[4]Despontaram, na defesa das Teses, os seguintes dirigentes do PCB, com seus respectivos textos: Jacob Gorender ("Crítica ou Falsificação?" em Novos Rumos, edição de 13 a 19/05; "A oposição 'esquerdista' e a contradição principal", 27/05 a 02/06; "Reincidência na falsificação", 10 a 16/06; "Algumas lições da vida prática", 01 a 07/07; "Uma teoria direitista das etapas da revolução", 22 a 28/07); Mário Alves ("As bases falsas de uma linha falsa", 20 a 26/05; "Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática", 10 a 16/06); Fragmon Carlos Borges ("Maurício Grabois & Cia. – um grupo antipartido", 27/05 a 02/06); Diógenes de Arruda Câmara ("Compreensão autocrítica da nossa política", 03 a 09/06; "Três questões, três sugestões", 17 a 23/06; "Estertores e mimetismos da tradição sectária", 24 a 30/06); Giocondo Dias ("A Declaração de Março", 17 a 23/06; "Partido é ação e direção coletiva", 24 a 30/06); Marco Antônio Tavares Coelho ("A possibilidade do caminho pacífico da Revolução Brasileira", 01 a 07/07; "A tática das soluções positivas", 22 a 28/07); Apolônio de Carvalho ("Sobre o papel do Partido e os caminhos da Revolução", 01 a 07/07); Carlos Marighella ("Defendendo a linha atual", 22 a 28/07) e Luiz Carlos Prestes ("Por uma justa linha política", 29/07 a 04/08).

das forças produtivas e de novas relações de produção, conduzindo ao fortalecimento de forças sociais mais avançadas, como o proletariado. As teses alertariam para o fato de que, enquanto na direção do país prevalecesse a orientação dos conciliadores e dos entreguistas, seria mantida a dependência ao imperialismo, responsável pelo impedimento à plena expansão das forças produtivas, pelo acúmulo das deformações sociais e a ampliação das desigualdades.

Segundo Gorender, a "Plataforma de Ação Política" proposta por Grabois em seu artigo não passava de um resumo, com pequenas alterações, de um dos capítulos das Teses, dando a esta plataforma, porém, o mero sentido de um conjunto de soluções democráticas e patrióticas de caráter imediato, enquanto se aguardasse a chegada do "grande momento milagroso das transformações radiciais". A questão da hegemonia do proletariado estaria sendo tratada, desta feita, como se fosse uma simples afirmação abstrata, à maneira dos antigos documentos do Partido. Assim, nada restaria ao proletariado senão se conformar a uma resistência elementar e de natureza economicista, acoplada a uma propaganda do socialismo desvinculada da ação política real. Gorender, em sua réplica às críticas de Grabois, acusava o ex-membro do centro dirigente partidário de se manter preso aos documentos anteriores à Declaração de Março, como o Manifesto de Agosto de 1950 e o Programa do IV Congresso, de 1954, tidos como sectários e dogmáticos, de um radicalismo estéril e descolado do movimento social.

Mário Alves reforçava a interpretação de Gorender, ao afirmar que Grabois pretendia o retorno à orientação sectária, quando imputava à Declaração de Março a pretensão de harmonizar os conflitos no interior da frente única. Alves asseverava não se tratar de harmonização de interesses de classes antagônicos, mas de conduzir a uma luta que fosse abraçada por uma frente mobilizada na oposição a um inimigo comum, frente única esta que o posicionamento de Grabois na verdade acabaria por inviabilizar. Reafirmava que, na questão relativa à hegemonia do proletariado, a aliança principal se dava com as massas camponesas e não com a burguesia. Por fim, contestava o que considerava deturpação de Grabois quanto ao "caminho róseo" da revolução brasileira, retrucando que a Declaração de 1958 não descartava a solução violenta, como resposta das camadas populares à ação violenta da classe dominante (ALVES, 1960: 3).

As divergências expressas na tribuna de debates do jornal *Novos Rumos* entre o centro dirigente do PCB, responsável pela elaboração das teses para o V Congresso, e a oposição acusada de "esquerdista", assim denominada pelo primeiro grupo, na verdade davam continuidade à luta interna iniciada com os de-

bates em torno do informe ao XX Congresso do PCUS. Os mesmos personagens da disputa anterior (com exceção de Arruda Câmara, que se posicionou ao lado da direção) voltavam a se enfrentar, para o acerto de contas final no Congresso do PCB. De um lado, a oposição liderada por Grabois, Amazonas e Pomar criticava a linha então hegemônica no partido, acusando-a de "direitista", sem discordar da caracterização da revolução brasileira, naquela etapa, como anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Por outro lado, o centro dirigente, sob o comando de Prestes, Dias, Gorender, Mário Alves e Marighella, imputava aos "esquerdistas" a pretensão de um retorno à linha política dita sectária dos programas anteriores à Declaração de Março.

Os pontos de maior discordância, para o grupo da oposição, encontravam-se nas seguintes diretrizes das Teses: a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil era considerada "apologética" do capitalismo e do fortalecimento da burguesia, ao invés de destacar o crescimento do proletariado; o governo JK era definido como a revelar uma composição heterogênea de forças sociais e políticas, no lugar de ser apontado como "antinacional e antipopular"; o proletariado era relegado a uma posição subalterna na frente nacionalista e democrática, o que de fato significava entregar a direção do movimento anti-imperialista à burguesia. Por fim, a tese da viabilidade da via pacífica da revolução no Brasil era contestada de forma veemente pela facção oposicionista, que a considerava, na prática, uma orientação "nacional-reformista", a encaminhar no sentido de uma política de acumulação gradual de reformas, desarmando o proletariado para a luta revolucionária (SEGATTO, 1995: 84-85).

Na defesa das Teses e dos princípios básicos da Declaração de Março, o centro dirigente entendia que a preocupação maior, naquele momento histórico, era definir o caminho para a "ação concreta de hoje e não a hipotética de amanhã", a fim de conduzir o proletariado à liderança revolucionária de todo o povo (GORENDER, 1960a: 3). Daí a necessidade também de explorar as contradições existentes no seio do Estado brasileiro, percebendo a influência da burguesia nacionalista no acirramento dos conflitos em seu interior, o que permitiria realçar o seu caráter heterogêneo, no lugar de cair no esquema simplista da luta pelo poder, conforme no fundo seria a atitude do grupo "esquerdista". A luta por um governo de coligação nacionalista e democrática envolveria a necessária pressão das massas e não o reforço do setor burguês no interior do Estado brasileiro.

À acusação de subalternização da classe operária na frente única, os dirigentes do PCB respondiam que, na aliança com a burguesia para o

combate ao imperialismo, o proletariado não deixava de enfrentar a tendência conciliadora da classe proprietária, empenhando-se para que o movimento anti-imperialista tivesse um curso consequente, razão pela qual deveria aspirar à função de força dirigente da frente única (GORENDER, 1960b: 3). A tática de acumulação de forças, visando à conquista de reformas profundas na estrutura econômico-social brasileira, não poderia ser confundida com gradualismo ou evolucionismo, como interpretavam os críticos da posição oficial, pois esta seria a política capaz de conduzir à alteração radical da correlação de forças, permitindo avançar no caminho da revolução anti-imperialista e antifeudal, sob a direção do proletariado (GORENDER, 1960c: 4). De acordo com a intervenção de Marco Antônio Coelho, a tática das soluções positivas exigia intensa participação no processo político real, ao contrário das propostas apresentadas por uma "vanguarda isolada", que, segundo ele, apontavam para saídas de caráter aventureiro ou que levassem a uma postura de expectativa passiva à espera das grandes lutas que estavam por vir (COELHO, 1960).

O principal ataque do núcleo dirigente às opiniões dos oposicionistas era, sem dúvida, desferido contra o voluntarismo e o esquerdismo de que estariam imbuídos, na avaliação de que a oposição emulava no sentido das práticas aventureiras, preconizando ações que isolariam a vanguarda do proletariado. O artigo de Apolônio de Carvalho sintetizava esta avaliação, fazendo ao mesmo tempo um balanço das atitudes esquerdistas assumidas pelo conjunto do Partido no passado, as quais teriam levado a militância a "confundir a revolução com as mudanças bruscas, violentas, explosivas" (CARVALHO, 1960: 4), vistas como necessárias para transformar o caráter do Estado e a estrutura econômica.

No rebate às críticas dos adversários à linha hegemônica do Partido, Apolônio estava convicto tratar-se de uma orientação voltada a colocar a militância comunista à margem do processo histórico real. Para ele, aqueles que se mantinham na recusa obstinada em admitir a viabilidade do caminho pacífico para a conquista do poder estariam deixando de enxergar o que havia de novo na sociedade brasileira, aferrando-se à tendência idealista a ditar as leis em lugar da própria realidade e a interpretar os acontecimentos segundo seus desejos, impondo formas de luta inconsequentes às forças sociais, no afã de criar uma revolução em curto prazo. Tal orientação levaria a uma tática incoerente, à confusão entre vontade e realidade, a um misto de radicalismo na forma e passividade na prática, em suma, ao caminho único da guerra civil e da insurreição armada.

Também Prestes atacou o "esquerdismo" através de artigo no qual concluía haver uma falsa avaliação da situação internacional por parte daqueles que pareciam se horrorizar com a tese da viabilidade de um caminho pacífico para a revolução no Brasil. Dizia que "subestimam os referidos camaradas a força crescente do sistema socialista mundial, a desagregação do sistema colonial e as demais contradições que minam o sistema capitalista mundial" (PRESTES, 1960: 5). Outrossim, o crescimento do movimento nacionalista e a tendência ao aprofundamento do processo de democratização no Brasil aventariam a possibilidade real de se constituir um poder revolucionário das forças anti-imperialistas e antifeudais sem a necessidade de recorrer a formas mais violentas da luta de classes, como a insurreição armada, o que não deveria ser apreendido como um abandono *a priori* do caminho não pacífico.

A crítica de Caio Prado Júnior

Diferindo das interpretações mais corriqueiras no seio do Partido e a exemplo do que já fazia através da revista *Brasiliense*, Caio Prado Júnior escreveu para a Tribuna de Debates artigos que apresentavam críticas contundentes à linha oficial do PCB ao mesmo tempo em que demonstravam claramente suas discordâncias com as opiniões da oposição liderada por Grabois, Amazonas e Pomar. Caio Prado teve publicado um extenso texto, denominado "As Teses e a Revolução Brasileira", o qual foi subdividido em sete partes, impressas em sucessivas edições do semanário *Novos Rumos* nos meses de junho e julho. No artigo, embora reconhecendo que as Teses representavam um avanço em relação a documentos anteriores do Partido, considerava-as ainda superficiais e imprecisas.

Rebatia, inicialmente, as posições hegemônicas no Partido sobre a questão agrária, reafirmando grande parte dos argumentos expostos em artigo publicado naquele mesmo ano na revista *Brasiliense* (PRADO JÚNIOR, 1960a), reforçando sua rejeição à tese do feudalismo brasileiro e alçando o regime assalariado à condição de relação de trabalho generalizada na agropecuária. Opunha-se à ideia de que a tarefa principal e imediata no campo seria a luta contra a grande propriedade improdutiva e a parceria, entendendo que por trás desta proposição revelava-se um conteúdo teórico revestido do mais puro reformismo burguês para a reforma agrária, evidente na sugestão de estímulo à produtividade (que nenhuma relação direta teria com as condições de trabalho e de vida do traba-

lhador agrícola) e no incentivo à extinção da parceria, sistema este que, para o historiador paulista, traria mais vantagens à massa trabalhadora rural do que o assalariamento (PRADO JÚNIOR, 1960b: 4).

Quanto à contradição imperialista, fez questão, em primeiro lugar, de relacioná-la às "contradições geradas na economia brasileira em consequência da sua inclusão e participação no sistema internacional do capitalismo" (PRADO JÚNIOR, 1960c: 4), para, em seguida, acusar as Teses de serem carentes de sentido numa análise econômica marxista. Para Caio Prado, uma coisa era afirmar que os monopólios e empresas capitalistas estadunidenses tinham maior participação e penetração mais profunda na economia brasileira do que os de outras origens nacionais, e que ocupavam posições mais estratégicas e de consequência mais nefasta para os brasileiros, ou ainda registrar que o governo dos Estados Unidos gozava de maior ascendência junto às forças politicamente dominantes ou mais influentes no Brasil. Muito diferente, no entanto, era dizer que essa dialética da economia imperialista tinha como um de seus polos, no caso brasileiro, o imperialismo norte-americano.

A insistente recomendação das Teses em golpear o imperialismo estadunidense não passaria de simples frase oca, pois, ao se tratar apenas o aspecto exterior e mais aparente do fenômeno, não era possível perceber que o imperialismo constituía, isto sim, um conjunto organizado de instituições e relações em que se estruturava a economia internacional do mundo capitalista, conjunto no qual se engendrava a economia brasileira. Para as Teses, na apreciação do intelectual paulista, o imperialismo nada mais era do que a coleção de empresas capitalistas de âmbito internacional que possuíam suas matrizes nos grandes centros mundiais e operavam nos países da periferia, confundindo, assim, o sistema econômico com os elementos mais salientes e diretamente perceptíveis de que ele se compunha. Isto acabava por tornar plausível a proposta de atacar e golpear as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, a começar pelas norte-americanas, mais numerosas e poderosas.

Era preciso compreender "as forças atuantes de uma economia nacional em gestação e progressiva estruturação". Adotando esta análise, segundo o historiador, as Teses poderiam ter se desviado da defesa do capitalismo, feita sob o pretexto de o capitalismo, no Brasil, ser anti-imperialista. Para ele, o Brasil estaria se engajando em uma nova etapa das suas relações com o imperialismo, ultrapassando a fase colonial, na qual as relações haviam se fundamentado na produção exportável de artigos primários em troca de produtos manufaturados, com as

inversões de capital estrangeiro realizadas, sobretudo, nas atividades mercantis. Para Caio Prado, contudo, a economia brasileira permanecia essencialmente a mesma, mantendo-se como produtora e fornecedora de produtos primários aos países centrais, com a diferença de que a troca passou a ser feita com as manufaturas produzidas dentro do próprio país, pelas filiais aqui estabelecidas das mesmas empresas estrangeiras. Assim, a economia nacional mantinha-se,

> sob a capa e com as insignificantes compensações de um progresso muito mais aparente e de fachada que real, num estágio inferior de desenvolvimento e sem a possibilidade de atender efetivamente às necessidades da grande maioria da população (PRADO JÚNIOR, 1960d: 4).

Este desenvolvimento superficial encontrar-se-ia prenhe de graves contradições, cuja maior consequência seria deformar ainda mais a economia brasileira, opondo embaraços à sua estruturação sobre bases amplas o suficiente para elevar substancialmente os padrões de vida do conjunto da população. Para reverter tal quadro, seria preciso apostar em uma política nacionalista (pois não se trataria ainda de "engendrar planos utópicos", dizia Caio Prado) capaz de promover uma industrialização fundada na iniciativa nacional, privada e pública, voltada não para a exploração do restrito mercado suntuário de reduzidos setores privilegiados da sociedade, mas a serviço dos interesses e necessidades essenciais das grandes massas, a exemplo do que teria ocorrido com os países europeus e os Estados Unidos na fase inicial de sua industrialização, quando o maior estímulo à produção industrial teria vindo da instalação de serviços públicos, como as estradas de ferro, beneficiando o conjunto da população.

Na agenda da luta anti-imperialista, cumpriria tornar efetivo o monopólio estatal das transações financeiras com o exterior, a fim de evitar as remessas de lucros às matrizes dos trustes internacionais, tendo em vista que, na ótica do autor do artigo, a subordinação ao imperialismo caracterizava-se não propriamente pelas atividades e operações das empresas estrangeiras no país, mas acima de tudo em função do desvio de recursos financeiros externos provocado por elas. A intervenção estatal na economia brasileira, visando promover uma industrialização com bases genuinamente nacionais, seria uma das chaves centrais na proposição caiopradiana, sob o argumento de que a contradição entre a intervenção

do Estado no domínio econômico e a livre iniciativa privada constituiria uma das molas principais da futura transformação socialista do país.

Caio Prado criticava a ausência de uma clara perspectiva socialista nas Teses, avaliando existir uma excessiva valorização do capitalismo, pintado como a solução dos problemas brasileiros, a ponto de se deslocar para segundo plano a luta do proletariado por melhores condições de vida. E afirmava categoricamente não haver campo para o desenvolvimento adequado das forças produtivas e da industrialização brasileira nos marcos do sistema capitalista, por causa do enorme atraso em que o país ingressava na sua fase industrializante – "temos que saltar bruscamente por cima de todas as etapas anteriores que noutros lugares demandaram mais de um século de progressiva maturação" (PRADO JÚNIOR, 1960e: 9).

Propunha então uma ação política que objetivasse modificar o rumo dos fatores econômicos tal como resultavam espontaneamente dos impulsos e estímulos próprios do sistema capitalista, levando a uma profunda reestruturação e reorientação da economia brasileira. Uma ação deste tipo resultaria, inevitavelmente, em pronunciado cerceamento do capitalismo e não no estímulo ao seu desenvolvimento, num processo em que, uma vez realizados os objetivos essenciais da revolução agrária e nacional, se prolongaria "naturalmente para a abolição completa da iniciativa econômica privada" (PRADO JÚNIOR, 1960f: 7), inaugurando o socialismo. A esquemática e arbitrária, segundo ele, distinção feita pelas Teses entre imperialismo e capitalismo nacional não seria procedente, pois o que se denominava de capitalismo nacional se achava, sob muitos aspectos, indistintamente mesclado com o capitalismo imperialista.

Com isso, o historiador rejeitava, por fim, a tese da burguesia como uma força revolucionária, ideia para ele descabida, mesmo com a restrição de se tratar de um "revolucionarismo limitado". Assegurava que a burguesia brasileira não somente aceitava como era francamente favorável ao capital estrangeiro e ao estabelecimento de monopólios internacionais no país, razão pela qual até mesmo o "açucarado e róseo reformismo teorizante da CEPAL" seria capaz de provocar graves apreensões e escandalizadas reações nos meios burgueses brasileiros. Declarava então que a única classe social capaz de propulsionar a revolução brasileira, de caráter agrário e nacional naquela fase histórica, seriam os trabalhadores, com o proletariado urbano na vanguarda, conduzindo os trabalhadores do campo (PRADO JÚNIOR, 1960g: 5).

As críticas de Caio Prado Júnior às teses do PCB ao V Congresso buscavam desenvolver uma análise mais rigorosa da realidade brasileira, demonstrando não existir antagonismo entre o capitalismo interno e o imperialismo, tampouco uma burguesia nacional revolucionária e anti-imperialista. Analogamente às primeiras formulações da teoria da dependência, forjadas pelos dirigentes da POLOP, seu posicionamento descartava a matriz dualista e punha em questão, embora de forma incompleta, uma estratégia etapista mais ortodoxa.

Contudo, as propostas de ação política apresentadas pelo intelectual paulista não conseguiam ir muito além dos limites traçados pelo projeto nacionalista, conceituando de "revolução nacional e agrária" um programa de reestruturação da economia brasileira com vistas a implementar uma industrialização em bases nacionais e uma reforma agrária que ampliasse o mercado interno e garantisse melhores condições de vida à população. Neste processo, a necessária ação intervencionista estatal cercearia a iniciativa privada, abrindo caminho para o socialismo. Apesar das insuficiências de análise, que não apontam como deveria se dar a luta hegemônica dos trabalhadores na sociedade brasileira, Caio Prado se apresentava no interior do Partido como uma das raras vozes a rejeitar abertamente a luta anti-imperialista em aliança com uma pretensa "burguesia nacional", e apresentava um programa de desenvolvimento econômico e de industrialização do país na perspectiva de ruptura do capitalismo e de construção da sociedade socialista.

As resoluções do v congresso nacional do PCB (1960)

O V Congresso foi, enfim, realizado no Rio de Janeiro numa situação de "legalidade de fato" (VINHAS, 1982: 182) e aprovou, em agosto, a sua Resolução Política (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1960), ratificando, no essencial, as posições da Declaração de 1958 e oferecendo uma interpretação mais complexa, em consequência dos intensos debates travados, a respeito da configuração das forças sociais e políticas brasileiras e de seus compromissos de classe (RODRIGUES, 1991: 429). A oposição capitaneada por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar foi derrotada e, em breve, seria expurgada dos quadros partidários, ao passo que a posição crítica de Caio Prado Júnior, sem obter grande ressonância entre os congressistas e não representando maiores empecilhos à continuidade da linha que apostava na via pacífica da revolução

e na solução nacionalista, permaneceu tolerada, numa condição marginal, no interior do Partido.

Houve ainda uma quarta posição, expressa em artigo de Alberto Passos Guimarães, que pregava a necessidade de melhor delimitar a sucessão das etapas da revolução brasileira, a seu ver não suficientemente definidas pelas Teses. Em resumo, sua análise consistia em subdividir em duas etapas a revolução democrático-burguesa: uma primeira etapa, denominada nacional-democrática, desalojaria do poder "as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe de latifundiários feudais, toda a burguesia intermediária ligada ao imperialismo" (GUIMARÃES, 1960: 3), garantindo à burguesia nacional a hegemonia política que ainda não detinha; a segunda etapa, chamada por ele de democrático-popular (etapa de transição para o socialismo), quando seriam completadas muitas das tarefas anti-imperialistas e antifeudais não cumpridas na primeira etapa, deslocando em definitivo do poder a classe dos latifundiários burgueses, dos grandes capitalistas vinculados ao imperialismo norte-americano e de todas as camadas e setores mais reacionários. Esta posição foi duramente rechaçada por Jacob Gorender, que a qualificou de "teoria direitista das etapas da revolução" (GORENDER, 1960d: 7) e ratificou a proposição das Teses segundo a qual a primeira etapa da revolução seria anti-imperialista e antifeudal, possibilitando, ao ter se estabelecido um poder subordinado à direção do proletariado, a passagem para a etapa seguinte, já no campo do socialismo.

Quanto às resoluções aprovadas no Congresso, a pedra de toque da análise pecebista acerca das forças em luta na sociedade continuou sendo a definição da burguesia brasileira como uma classe de duplo caráter. Por conta de seus interesses imediatos, tendia a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, o qual representaria um obstáculo à expansão dos seus negócios. Ao pertencer a um país explorado pelo imperialismo, a burguesia nacional encerraria um potencial revolucionário, apresentando-se, aos olhos dos dirigentes comunistas, como uma força capaz de se opor à dominação imperialista. Mas, em função de sua natureza de classe exploradora, da sua fragilidade econômica e política e dos laços inevitáveis com o sistema imperialista, também era levada a promover acordos e concessões com o capital estrangeiro, na defesa de seus interesses.

Ao mesmo tempo, a luta de classes no país tenderia a empurrar a burguesia a posições reacionárias, pois a ascensão do proletariado representava uma ameaça concreta à obtenção máxima de lucros por parte do empresariado, resultando daí restrições aos movimentos sociais, intensificação à exploração das massas traba-

lhadoras e a transferência, para elas, do ônus decorrente do domínio imperialista e do atraso do país. A burguesia brasileira, na concepção do PCB, dividia-se em um setor entreguista minoritário e uma facção vacilante majoritária, que poderia abraçar a causa nacionalista:

> A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força anti-imperialista inconsequente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação. Um setor da burguesia é constituído por capitalistas que têm seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. Esta minoria entreguista da burguesia constitui um apoio social interno da dominação imperialista (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980: 42).

A fórmula se repetia na avaliação do governo de Juscelino Kubitschek, no qual figuraria um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês, em virtude da composição heterogênea de forças e do compromisso existente entre elas. Nesta coligação, no entanto, os entreguistas teriam vencido os nacionalistas, pois o governo JK era apontado como a realizar, no essencial, uma política de conciliação com o imperialismo estadunidense, o latifúndio e as forças reacionárias, com um programa de metas centralmente baseado na atração de capitais estrangeiros, a despeito de iniciativas no terreno do desenvolvimento econômico e da resistência, por conta da pressão popular, a algumas exigências feitas pelo Fundo Monetário Internacional. O governo de Juscelino teria se recusado a enfrentar as causas primordiais do atraso do país: a dependência ao imperialismo e a estrutura latifundiária, obstáculos centrais ao desenvolvimento nacional, a exigir solução radical e completa, o que caracterizaria a revolução brasileira, naquela etapa histórica, como anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Outro elemento a contribuir para tal caracterização da revolução brasileira era a conjuntura internacional, descrita como favorável às lutas contra o imperialismo:

> A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialis-

> mo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o consequente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980: 46).

Esta avaliação também estava presente no artigo de Jacob Gorender para a revista *Estudos Sociais*, através do qual sintetizava o que havia significado, para os dirigentes do PCB, o processo congressual de 1960. Além de apontar a "superação tanto de um estilo dogmático de raciocínio como das tendências à revisão dos princípios marxistas, sob a pressão ideológica da pequena burguesia e da burguesia" (GORENDER, 1960e: 4), indicando o ajuste de contas à esquerda e à direita no interior do partido, destacava o acerto da linha referendada pelo V Congresso, que, sepultando a orientação sectária de programas anteriores, investia na política de soluções positivas a serem conquistadas nas condições do regime vigente. E ressaltava a confirmação da tese que apostava na possibilidade real do caminho pacífico para alcançar o objetivo culminante da revolução nacional e democrática: a instauração de um poder constituído pelas correntes anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado – para o que muito contribuía a correlação de forças vista como favorável no plano internacional, marcada pelo avanço do socialismo no mundo e pela ascensão dos movimentos de libertação nacional e de democratização em inúmeros países.

A preocupação maior de Gorender estava em realçar a resolução que via na oposição nação em desenvolvimento *versus* imperialismo a contradição principal e dominante a mobilizar as forças revolucionárias naquela etapa histórica da vida nacional. Um destaque feito pelo dirigente comunista revelava que, decerto como consequência das intensas discussões travadas no Congresso, alguma correção havia sido promovida na conceituação antes mais difundida no interior do PCB acerca do imperialismo, ao se reconhecer que a contradição anti-imperialista não constituía mero antagonismo externo:

> ... o imperialismo norte-americano não só nos oprime e espolia de fora, a partir do seu centro nos Estados Unidos e da sua posição dominante no sistema imperialista mundial, como, associado aos setores entreguistas de latifundiários e capitalistas

> brasileiros, atua dentro do país, ocupando postos-chave da vida econômica, política e social da nação brasileira (GORENDER, 1960e: 8).

Mas continuava a imperar a noção de que o capitalismo, internamente, configurava um fenômeno de caráter progressista, em contraste com a suposta realidade de um sistema em acelerada decadência na arena internacional. Daí a caracterização da chamada burguesia nacional como força participante da frente nacionalista e democrática, com a ressalva de que a formação desta aliança deveria ser acompanhada da luta permanente contra a intensificação da exploração capitalista e contra as tendências burguesas de conciliação com o imperialismo. Gorender lembrava ainda que, na medida em que o proletariado se empenhasse em conquistar a hegemonia do movimento nacionalista e democrático, cada vez mais se colocaria na ordem do dia o antagonismo de classe entre trabalhadores e capitalistas brasileiros, na perspectiva de se criar, o mais brevemente possível, as condições necessárias para o salto qualitativo em direção à etapa socialista da revolução.

Considerações finais

Não restam dúvidas de que a Estratégia Nacional-Democrática contribuiu para difundir avaliações equivocadas sobre a estrutura econômica do Brasil, o caráter da burguesia interna e sua articulação com o imperialismo. A realidade demonstrou que a força dos setores burgueses "entreguistas" era bem maior do que se imaginava e o rótulo de "vacilante" pouco ajudava a compreender a posição concreta desses setores diante de uma ordem internacional bipolar. Com efeito, na segunda metade da década de 1950, a política econômica implementada no Brasil favoreceu o aprofundamento do processo de associação da burguesia ao capital estrangeiro, bem como criou condições para a alterar o equilíbrio de forças em benefício desta fração burguesa associada. Consequentemente, a dificuldade de explicar os fenômenos em tela enquanto eles ainda aconteciam também se evidenciou em leituras superficiais do imperialismo, como se sua lógica operasse exclusivamente como algo externo à assim chamada economia nacional.

Entretanto, como assinala Luís Fernandes, "também é inegável que o anti-imperialismo e a questão democrática e nacional tenham sido diretrizes decisivas para o êxito de Revoluções na periferia do capitalismo no século XX" (FERNANDES, 2016: 148). Ou seja, seria uma atitude simplista atribuir todos os erros do PCB e a causa de sua derrota em 1964 unicamente às suas deficiências teóricas e estratégicas – sendo necessário aprofundar os estudos e debates sobre outros aspectos, como organização e formação política, por exemplo. Além disso, há pelo menos dois pontos que não podem ser desprezados: primeiro, no período analisado, o PCB experimentou um crescimento considerável, dirigiu lutas e conquistas fundamentais da classe trabalhadora do campo e da cidade e, pela primeira vez na história do país, colocou na ordem do dia uma alternativa de poder popular que questionava os pilares da ordem vigente; segundo, era do próprio Partido um dos quadros mais reconhecidos pelo seu pioneirismo e sofisticação na crítica à Estratégia Nacional-Democrática, o intelectual e militante paulista Caio Prado Júnior.

Tornou-se bastante difundida nos círculos da esquerda, nas últimas décadas, a ideia de que o golpe de 1964 comprovou, na prática, os erros dos comunistas. Trata-se de uma meia-verdade. Se, por um lado, as análises e projeções equivocadas do PCB facilitaram o sucesso da contrarrevolução burguesa, também é verdade que a ditadura empresarial-militar foi uma resposta ao avanço da pressão popular por mudanças substantivas na sociedade brasileira e, nesse sentido, uma resposta aos acertos do Partidão. O processo de consolidação dos monopólios no Brasil implicaria em níveis de exploração e desigualdade absolutamente incompatíveis com um proletariado organizado e politicamente ativo. Daí a necessidade de se ajustar o Estado segundo as demandas do grande capital, aprimorando as tecnologias repressivas para solapar o movimento operário, sindical e da juventude, bem como cercear totalmente a participação popular nas principais decisões políticas do país.

Recebido: 10/11/202
Aprovado: 12/01/2022

Referências

ALVES, Mário. **As bases falsas de uma linha falsa**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 20-26 maio, 1960.

AMAZONAS, João. **A linha atual e as reformas**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 17-23 jun., 1960.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARVALHO, Apolônio de. **Sobre o papel do Partido e os caminhos da Revolução**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 1-7 jul., 1960.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **A tática das soluções positivas**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 22-28 jul., 1960.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: algumas implicações políticas. IN: **A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasi**l. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. **A primavera foi inexorável? Caio Prado Júnior, o PCB e o golpe de 1964**. 168 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em https://app.uff.br/riuff/handle/1/14350. Acesso em 18 out. 2021.

GORENDER, Jacob. **Crítica ou Falsificação?** Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 13-19 maio, 1960a.

_____. **A oposição esquerdista e a contradição principal**. Novos Rumos. Rio de Janeiro, 27 maio/2 jun., 1960b.

_____. **Algumas lições da vida prática**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 1-7 jul., 1960c.

_____. **Uma teoria direitista das etapas da revolução**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 22-28 jul., 1960d.

_____. O V Congresso dos comunistas brasileiros. Revista Estudos Sociais. n. 9. Rio de Janeiro, out., 1960.

GRABOIS, Maurício. **Duas concepções, duas orientações políticas**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 22-28 abr., 1960.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A questão das etapas da revolução brasileira**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 8-14 jul., 1960.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Seleções CEBRAP 1. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). IN: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**. Vol. V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **União e Luta com a Burguesia**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 27 mar./2 abr., 1959a.

_____. **A Burguesia na Revolução Brasileira**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 12-18 jun., 1959b.

_____. **Jornal Novos Rumos**. Rio de Janeiro, 19-25 jun., 1959c.

_____. **Jornal Novos Rumos**. Rio de Janeiro, 26 jun./2 jul., 1959d.

_____. **Resolução Política da Convenção Nacional do PCB**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 16-22 set., 1960.

_____. **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

POMAR, Pedro. **Análise marxista ou apologia do capitalismo**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 6-12 maio, 1960a.

_____. **A Burguesia, o Estado e as Teses**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 27 maio/2 jun., 1960b.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Contribuição para análise da questão agrária no Brasil**. Revista Brasiliense. n. 28. São Paulo, mar./abr., 1960a.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (I)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 10-16 jun., 1960b.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (II)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 17-23 jun., 1960c.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (III)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 24-30 jun., 1960d.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (V)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 8-14 jul., 1960e.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (VI)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 15-21 jul., 1960f.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira (VII)**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 10-16 jun., 1960g.

PRESTES, Luiz Carlos. **Por uma justa linha política**. Jornal Novos Rumos. Rio de Janeiro, 22-28 jul., 1960.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. IN: FAUSTO, Boris (org.) – **História Geral da Civilização Brasileira**. vol. III. O Brasil Republicano – 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974).** São Paulo: Editora Hucitec, 1982.